

São Tomás de Aquino, o pai da teoria econômica

quarta-feira, outubro 14, 2009

Quem foi o primeiro homem a pensar nas relações de trabalho? Quem foi o criador do pensamento econômico? Quem se preocupou com questões de propriedade privada e benefícios sociais coletivos? Não, não foi Adam Smith, Karl Marx, Max Weber, Michael Kaleck, muito menos Arthur Schumpeter; foi São Tomás de Aquino.

Trata-se da teoria econômica, que, como as demais funções intelectuais, foi por muito tempo monopolizada pela Igreja. A respeito, seu pensamento baseava-se em dois princípios, o distributivo e o de equilíbrio. O primeiro preocupava-se com a repartição das riquezas e da renda, com São Tomás de Aquino (1225-1274) acreditando que os bens terrenos tinham sido criados para utilidade da espécie humana.

Utilidade que se concretiza através da propriedade privada, perfeitamente de acordo com o direito natural, pois (retomando argumentos de Aristóteles) o sentimento de propriedade estimula o indivíduo ao trabalho e a ordem social fica garantida quando cada um tem seu próprio bem para governar. Contudo, não há propriedade absoluta, o bem deve ser administrado visando ao interesse coletivo.

O princípio de equilíbrio pretendia tornar justas as relações econômicas entre os homens, daí sua preocupação com a usura e o preço justo. A condenação da usura — entendida pelos medievais como todo empréstimo a juros, não apenas os extorsivos como no sentido atual — baseava-se na teoria aristotélica da esterilidade do dinheiro. Partindo da idéia de que “dinheiro não engendra dinheiro”, os teólogos argumentavam que ao emprestar a juros a pessoa estava na verdade vendendo tempo (aquele durante o qual o devedor fica com a moeda). Ora, como o tempo apenas a Deus pertence, desde o século IV a usura estava vedada aos clérigos, proibição estendida aos leigos em fins do século VI ou princípios do VII. A noção de preço justo não era tão clara para os teólogos, sofrendo várias interpretações, até que se impôs aquela adotada por Tomás de Aquino: preço justo é simplesmente o preço de mercado. Em razão disso, criticavam-se as corporações de ofício pelo fato de poderem impor seu preço ao controlar totalmente a oferta dos bens que produziam.

Os efeitos da Teoria Econômica Tomista:

A produção cresceu em virtude de uma maior quantidade de mão-de-obra (incremento demográfico) trabalhando sobre uma área mais extensa (desbravamento de florestas e terrenos baldios). Mas também graças à difusão de diferentes técnicas: sistema trienal, charrua, força motriz animal, adubo mineral, moinho de água, moinho de vento. Em razão disso, alguns estudiosos pensam que a

agricultura medieval atingiu em fins do século XIII um nível técnico médio equivalente ao do início do século XVIII. Mesmo assim, a produtividade continuou pequena para os padrões atuais. Calculou-se o rendimento médio da sementeira (ou seja, o número de grãos obtidos para cada semente plantada) em 5,5 para o centeio, 4 para o trigo, 3,5 para a cevada e 3 para a aveia (SLICHER VAN BATH: 254).

·
Conclusão:

·
Em suma, a Idade Média Central foi uma época de mudanças, de expansão econômica, o que levou parte da historiografia por muito tempo a falar num “capitalismo medieval”. Expressão, no mínimo, problemática. Contudo, adotando-se uma definição ampla de capitalismo — por exemplo, sistema econômico centrado na posse privada de capital (mercadorias, máquinas, terras, dinheiro, conhecimento técnico) empregado de maneira a se reproduzir continuamente, ficando os desprovidos dele obrigados a vender sua força de trabalho — poderíamos talvez aceitar sua existência nos últimos séculos da Idade Média.

(JÚNIOR, Hilário Franco, A Idade Média – o Nascimento do Ocidente)